

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



ISAACMAN, Allen

Natural dos Estados Unidos da América, o africanista Allen Isaacman é um dos principais especialistas contemporâneos na história socioeconómica de Moçambique, para os períodos pré-colonial, colonial e pós-independência. Graduado pelo City College de Nova Iorque em 1964, Isaacman estudou história de África na University of Wisconsin-Madison, completando o mestrado em 1966 e o doutoramento em 1970. Nesta instituição, teve a oportunidade de estudar com o célebre africanista Jan Vansina. Desde o início da sua atividade como investigador, Allen contou com o auxílio e colaboração da sua esposa, Barbara Isaacman, que é co-autora de alguns dos seus livros e autora, por conta própria, de outras publicações. Após a independência de Moçambique, o casal residiu durante alguns anos no novo país; entre 1978 e 1980, Allen lecionou história na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e Barbara deu aulas de direito na mesma instituição. Travaram conhecimento e amizade com várias figuras de destaque, em especial com Samora Machel, por quem sentiam intensa admiração. Ainda em 1970, Isaacman tinha integrado o departamento de história da University of Minnesota e em 2001 foi constituído professor regente na mesma. Entretanto, foi a partir de 1988 diretor do MacArthur Interdisciplinary Program on Global Change, Sustainability and Justice dessa universidade – programa que se transformou, em 1998, no Interdisciplinary Center for the Study of Global Change, tendo Isaacman mantido o cargo de diretor até 2011. Foi ainda, entre 1997 e 1998, investigador sénior na University of Zimbabwe e a partir de 2001 professor extraordinário na University of Western Cape.

Ao longo da sua carreira, este historiador debruçou-se sobre múltiplos aspetos da história de Moçambique, entre os séculos XVII e XX. Os seus trabalhos revelam um foco em estruturas económicas e sociais e nas transformações que nelas tiveram lugar a curto e longo prazo. Mostram também uma ótica que é a do africanista, procurando inserir o passado moçambicano no contexto mais alargado da História de África, não tanto no contexto do império global português. Os sujeitos africanos – ou africanizados – tendem a receber maior atenção da sua parte do que os europeus, com o Autor a enfatizar sempre que eles não foram *vítimas* passivas, mas sim agentes dinâmicos. O historiador complementa as fontes escritas, cuja origem e perspetiva é tendencialmente europeia, com uma grande quantidade de registos orais, muitos deles recolhidos por si através de entrevistas conduzidas no terreno. Na análise destas fontes, porém, não abandona a postura crítica própria do historiador.

A sua obra inicial, sobre o sistema dos “prazos” do Zambeze, é paradigmática da sua historiografia e foi pioneira neste tema, aquando da sua publicação em 1972. Embora tendo em conta alguns antecessores (nomeadamente Alexandre Lobato), Isaacman vai além destes ao afastar a perspetiva estritamente legalista e ao focar, em vez disso, a realidade socioeconómica presente nos prazos. Conclui que as relações com a Coroa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

portuguesa e seus representantes foram menos fulcrais para os “prazeiros” do que outros fatores como o seu próprio poderio militar (assente no uso de escravos) e sobretudo as suas complexas inter-relações com a população e as elites zambezianas. O Autor descreve a forma como os “senhores dos prazos” construíram uma hierarquia paralela àquela que existia já no território, sobrepondo-se a esta, mas sem a substituir. Essa dinâmica, juntamente com a forma como as elites dos prazos adotaram nomes, práticas e formas culturais dos povos com que contactavam, levam-no a falar de uma africanização deste grupo, sobre o qual a metrópole europeia exercia pouco controlo direto. Uma tal tese permite inserir estes colonos luso-africanos (e goeses) num padrão histórico presente no vale do Zambeze e noutras áreas de África: povos invasores a estabelecerem-se como uma nova camada social de elite na região por si conquistada, adaptando-se culturalmente à mesma.

Esta obra constitui uma descrição muito detalhada e completa das estruturas de poder nos prazos, dos vários grupos sociais nesta sociedade de fronteira, das suas relações e atividades económicas (agricultura para consumo interno, exploração mineral e sobretudo comércio de vários géneros) e do delicado equilíbrio estabelecido, que viria a entrar em colapso no século XIX – não devido à abolição oficial dos prazos, mas sobretudo – segundo Isaacman – à intensificação do tráfico escravagista, que pôs em prática as obrigações sociais implícitas, uma vez que os “prazeiros” passaram a exportar em grande quantidade tanto os seus dependentes até então livres como os escravos.

Em obras e artigos posteriores, o Autor viria a debruçar-se sobre um grupo em específico dentro do sistema dos prazos – os *achikunda*, ou seja, os integrantes escravizados nos exércitos dos senhores dos prazos. A partir de origens distintas e unidos pela sua condição de escravos guerreiros, estes indivíduos forjaram uma identidade social e étnica distinta, com costumes e crenças novas, que sobreviveu ao colapso dos prazos e se manteve relevante no panorama político do sertão moçambicano.

Outro tópico de grande interesse para este historiador foi a “tradição de resistência” em Moçambique. Este não é, evidentemente, um tema politicamente neutro, sobretudo no período anterior à independência do país. Isaacman coloca-se aberta e inequivocamente do “lado” da resistência e contra o imperialismo português, tanto enquanto este ainda vigorava em África como na fase seguinte. Num estudo publicado em 1976, mas já em desenvolvimento há vários anos, o americano procura retratar a resistência histórica ao poderio português, a partir de 1850, enfatizando a pluralidade das suas formas – não só a guerra aberta, mas também as revoltas camponesas, fuga aos impostos, emigração para outras áreas de África, bandidismo, etc. Não ignora também o fator *sensível* da colaboração de certos africanos com o poder colonial. Evita visões românticas da resistência, especialmente as focadas somente nos líderes e *heróis* guerreiros. Finalmente, procura determinar quais os atos de resistência que foram movidos apenas pela condição de um grupo social ou étnico em particular, e quais os que tinham um carácter mais universalista de libertação africana e moçambicana. Traça, efetivamente, aquilo que poderíamos descrever como uma genealogia da resistência, culminando na atividade da FRELIMO.

Já depois de 1975 e da independência da antiga colónia, Isaacman dedicou-se a estudar a atividade da FRELIMO, tanto enquanto participante na Guerra Colonial como no papel de governante do novo país. As suas publicações sobre este tema foram muitas vezes coredigidas com a sua mulher, Barbara. O casal não esconde a sua simpatia pela frente revolucionária, partilhando dos seus ideais anticoloniais e apontando o carácter repressivo e violento do domínio português, mas também não escreve história acrítica ou glorificadora. Em vez disso, relatam os desafios que a organização enfrentou, incluindo as dissidências internas (como a luta de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Eduardo Mondlane e Samora Machel para impedir que a sua luta se limitasse a linhas raciais ou étnicas) e as dificuldades em desenvolver economicamente o Moçambique independente através de princípios marxistas-leninistas. São ainda críticos das contradições internas da Frente, nomeadamente no tocante ao papel das mulheres na nova sociedade moçambicana. Os escritos dos Isaacman publicados na década de 1970 e início da de 1980 possuem uma manifesta confiança no projeto político socialista da FRELIMO, apesar das suas imperfeições, ao passo que a biografia de Machel que redigiram em 2020 revela algum desapontamento com os desenvolvimentos posteriores à morte desse presidente.

Entre muitos outros aspetos da história socioeconómica estudados por Allen Isaacman, podem ser destacados o impacto do cultivo intensivo de algodão em Moçambique no período colonial, bem como o da construção da barragem de Cahora Bassa no rio Zambeze. A propósito destes temas, Isaacman é ferozmente crítico do império português e das suas práticas, enfatizando o recurso ao trabalho forçado (uma quase escravatura) para o cultivo do algodão e a forma como este, juntamente com a expropriação de terrenos para serem entregues a colonos brancos, pôs em causa a agricultura de subsistência de que os moçambicanos dependiam. Quanto à célebre barragem, o historiador recorre a relatos orais das populações desalojadas pela mesma para pôr em causa as narrativas oficiais em redor da obra, centradas no progresso e desenvolvimento económico – narrativas essas que, aponta, não foram exclusivas das autoridades coloniais, mas sim perpetuadas pelas forças políticas pós-independência, apesar dos danos humanos e ambientais provocados.

A consciência do papel de narrativas políticas e sociais está presente ao longo da obra deste historiador. Em particular, ele ataca múltiplas vezes o conceito de luso-tropicalismo, criação de Gilberto Freyre aproveitada pela ideologia do regime salazarista, demonstrando que a realidade estava muito longe da ficção idílica de coexistência racial igualitária, e as noções relacionadas com *civilização* e *progresso* que Portugal estaria supostamente a proporcionar aos *selvagens* africanos, questionando tanto a benevolência desses sentimentos (contrariada pelos castigos corporais, repressões violentas, etc.) como os seus resultados (dado o limitado desenvolvimento económico, o número reduzido de assimilados, as baixíssimas taxas de alfabetização e escolaridade, etc.). Realça que estas narrativas eram, afinal, instrumentos para justificar o contínuo atentado à autodeterminação dos moçambicanos (e restantes povos africanos).

Allen Isaacman é ainda vivo à data em que esta entrada é redigida (2025) e continua a educar novas gerações de alunos sobre a história de África no geral e de Moçambique em particular. As suas obras, em particular sobre o sistema dos prazos, são amplamente citadas por académicos posteriores.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia ativa

ISAACMAN, Allen, *Mozambique: The Africanization of a European Institution, The Zambezi Prazos, 1750-1902*, Londres, The University of Wisconsin Press, 1972; *The Tradition of Resistance in Mozambique: The Zambezi Valley, 1850-1921*, Londres, Heinemann, 1976; *A Luta Continua: Creating a New Society in Mozambique*, Binghamton, Fernand Braudel Center, SUNY, 1978; *Cotton is the Mother of Poverty: Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique 1938-1961*, Portsmouth, Heinemann, 1996; *Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identity in the Unstable World of South Central Africa, 1750-1920*, Portsmouth, Heinemann, 2005; e ISAACMAN, Barbara, *Mozambique: From Colonialism to Revolution: 1900-1982*, Boulder, Westview Press, 1983; *Dams, Displacement, and the Delusion of Development: Cahora Bassa and Its Legacies in Mozambique, 1965-2007*, Athens (Ohio), Ohio University Press, 2013; *Samora Machel: A Life Cut Short*, Athens (Ohio), Ohio University Press, 2020.

Tiago Seixas dos Santos



SUPPORTED BY:

